A submissão da mulher em uma sociedade patriarcalista como a brasileira é um fato que tem origens históricas. Por todo o mundo, a figura feminina teve seus direitos cerceados e a liberdade limitada devido ao fato de ser considerada “frágil” ou “sensível”, ainda que isso não pudesse ser provado cientificamente. Tal pensamento deu margem a uma ampla subjugação da mulher e abriu portas a atos de violência a ela direcionados.

Nessa perspectiva, a sociedade brasileira ainda é pautada por uma visão machista. A liberdade feminina chega a ser tão limitada ao ponto que as mulheres que se vestem de acordo com as próprias vontades, expondo partes do corpo consideradas irreverentes, correm o risco de seres violentadas sob a justificativa de que “estavam pedindo por isso”. Esse pensamento perdura no meio social, ainda que muitas conquistas de movimento feministas – pautados no existencialismo da filósofa Simone de Beauvoir – tenham contribuído para diminuir a percepção arcaica da mulher como objeto.

Diante disso, as famílias brasileiras com acesso restrito à informação globalizada ou desavisadas a respeito dos direitos humanos continuam a pôr em prática atos atrozes em direção àquela que deveria ser o centro de gravitação do lar. A violência doméstica, em especial física e psicológica, é praticada por homens com necessidade de autoafirmação ou sob influência de drogas (com destaque para o álcool) e faz milhares de vítimas diariamente no país. Nesse sentido, a criação de leis como a do feminicídio e Maria da Penha foram essenciais para apaziguar os conflitos e dar suporte a esse grupo antes marginalizado.

Paralelo a isso, o exemplo dado pelo pai ao violentar a companheira tem como consequência a solidificação desse comportamento psicológico dos filhos. As crianças, dotadas de pouca capacidade de discernimento, sofrem ao ver a mãe sendo violentada e têm grandes chances de se tornarem adultos violentos, contribuindo para a manutenção das práticas abusivas nas gerações em desenvolvimento e dificultando a extinção desse comportamento na sociedade.

Desde os primórdios, nas primeiras sociedades formadas na Antiguidade até hoje, a mulher luta por liberdade, representatividade e respeito. O Estado pode contribuir nessa conquista ao investir em ONGs voltadas à defesa dos direitos femininos e ao mobilizar campanhas e palestras públicas em escolas, comunidades e na mídia, objetivando a exposição da problemática e o debate acerca do respeito aos direitos femininos. É importante também a criação de um projeto visando a distribuição de histórias em quadrinhos e livros nas escolas, conscientizando as crianças e jovens sobre a "igualdade de gênero" de forma interativa e divertida.

Valéria da Silva Alves